

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Estado de S. Paulo

Título: Sinais vitais	5
Título: Temer e Maia discutem Eletrobrás e reoneração da folha	6

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Tema em discussão : Privatização de estatais	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Sinais vitais	5
Título: Temer e Maia discutem Eletrobrás e reoneração da folha	6
Título: Odebrecht deve quase R\$ 1 bi no Peru	8
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: País está preparado para turbulência, diz Guardia	10

Título: Independentes levam conselho da Vale a discutir remuneração	12
Título: GE vence licitação da Petrobras, com contrato de R\$ 1 bi	14
Título: Destaques	16
Título: Ecometano começa a produzir biogás de aterro no Ceará	16
Título: Potências disputam supremacia no Ártico	18

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Nossa Opinião

Título: Tema em discussão : Privatização de estatais

Nossa opinião

Universo sem controle

Programas de privatização se constituem nervo exposto da esquerda. É assunto muito sensível e, por isso, inspirador de mitos. Um deles, que estatal é “empresa do povo”. Ora, só quando, para tapar rombos no Tesouro, abertos na injeção de dinheiro em estatais cronicamente deficitárias, o “povo” é convocado a pagar mais impostos. Na vida real, as empresas públicas têm respondido é ao controle de corporações de funcionários e às rédeas do partido político no poder.

Os 12 anos do lulopetismo no Planalto apresentam este aspecto didático: mostrar como aparelhos são montados dentro do Estado, uma forma tentacular de o grupo no poder controlar a máquina burocrática e estatais, fonte estratégica de recursos infindáveis. Pois são retirados do contribuinte por meio de impostos, contribuições, taxas de toda ordem etc.

Nos exemplos lulopetistas de como se drenam recursos públicos para projetos próprios de poder — e até pessoais, de enriquecimento —, o controle da Petrobras, a fim de, por meio de contratos feitos de forma generosamente superfaturada com empreiteiras amigas, é um modelo muito bem acabado do uso de estatais por interesses particulares. De partido, de grupos, de sindicatos, do que seja.

O uso descuidado de empresas públicas, como o feito na Eletrobrás na gestão Dilma, força, ironicamente, a sua privatização. Pois a “decisão por vontade política”, tomada por Dilma, de intervir no sistema Eletrobrás, por meio da MP 579, de 2012, e forçar subsidiárias da empresa a baixar as tarifas destruiu o equilíbrio financeiro da estatal, já há algum tempo sem condições de arcar com os pesados investimentos no setor.

Não há outra alternativa saudável que a privatização. Porém, a venda de estatais, no caso do Brasil, não deve ser feita apenas por razões de caixa — e éticas, como demonstra o escândalo histórico do petróleo, desvendado pela Lava-Jato. Mas muito também pela necessidade de se aumentarem a produtividade e a eficiência da economia.

Num país, segundo dados do Ministério do Planejamento, em que há 150 estatais federais ativas, mas apenas 89 delas com orçamento próprio, sendo que todas as demais dependem do Tesouro, é evidente que há algo de muito errado. E há porque grupos políticos se beneficiam desta distorção, porque vivem como parasitas sugando o Tesouro por meio desses esqueletos de “empresas do povo”.

A trancos e barrancos, o Brasil passa por transformações, e na democracia, o que permite debates amplos. Uma das mudanças é o ciclo que se vive de inflação baixa. Ele ajuda a deixar mais nítida a estrutura de gastos públicos. Fica, então, ainda mais à vista o desperdício de dinheiro do contribuinte com estatais inoperantes.

É preciso que haja um programa de privatizações para valer. Também em nome do respeito ao dinheiro do contribuinte, já forçado a arcar com a carga tributária mais pesada no âmbito das nações emergentes (35% do PIB). O sorvedouro de estatais improdutivas é uma das causas.

Outra opinião

Crime de lesa-pátria

Paulo Pimenta (PT-RS) é líder do PT na Câmara

O Brasil vive um dos momentos mais graves de sua história. O governo ilegítimo de Michel Temer, rejeitado por 97% da população, suprime direitos sociais duramente conquistados e promove a liquidação do país. Apoiado por empresários entreguistas e empresas estrangeiras que forjaram o golpe de 2016, oferece nossas riquezas a preço de banana para especuladores de outros países.

É nesse cenário que surgem as privatizações e a venda de ativos estatais, como alternativa para aumentar receitas em meio à crise fiscal. Se privatizar resolvesse, o Brasil não teria déficit público desde os anos 90, quando o governo FHC privatizou, a preços irrisórios, empresas estratégicas como Embratel, Vale do Rio Doce e Telebrás. Claramente, o governo golpista tenta gerar bons negócios a grupos econômicos estrangeiros e especuladores, sem enfrentar na raiz o problema fiscal.

É um disparate o governo vender patrimônio público com o argumento de combater o déficit fiscal. Prometeu, para 2018, um déficit de R\$ 79 bilhões e vai entregar mais de R\$ 159 bilhões. Só o novo programa de refinanciamento de dívidas tributárias (Refis) vai retirar R\$ 220 bilhões dos cofres públicos até 2020.

Mais grave ainda foi a MP 795, que presenteou petroleiras estrangeiras com R\$ 1 trilhão em isenção de impostos. Agora anuncia a venda da Eletrobrás, maior companhia de energia elétrica do país e a garantidora da nossa segurança energética, essencial para manter a conta de luz barata e acessível ao bolso do povo.

Custou desde sua criação, nos anos 50, cerca de R\$ 400 bilhões, e Temer quer entregá-la por pouco mais de R\$ 20 bilhões. Nenhum país no mundo abre mão de sua soberania, como propõe esse governo ilegítimo. Os serviços de distribuição de energia elétrica em países como França e Itália são tratados como assunto de segurança nacional, operados majoritariamente por estatais e com capital de origem nacional. Nos EUA, não entram estrangeiros no setor.

Nos governos Lula e Dilma, não ocorreram privatizações ou transferência de ativos para o setor privado. O modelo de concessões de serviços públicos atendia ao interesse público e garantia a menor tarifa aos usuários. Em contraste, as privatizações tucanas, agora defendidas por Temer, ocorreram pelo critério de maior valor de outorga pago ao governo. Por isso, é certo que as privatizações irão aumentar as tarifas dos serviços essenciais, penalizando especialmente os mais pobres.

Não podemos nos iludir. Por trás das privatizações de Temer, há negociatas e transações suspeitas que enfraquecem a indústria nacional, geram desemprego e impedem a retomada do crescimento econômico. É preciso reagir contra esse

crime de lesa-pátria que joga o Brasil na periferia do mundo, transformando-o em neocolônia, sem capacidade de decidir o seu destino.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cida Damasco

Título: Sinais vitais

Governos em final de mandato empenham-se para mostrar que continuam andando e não há um hiato até a chegada do próximo ocupante da cadeira presidencial. Em maior ou menor escala, porém, acabam frustrados e frustrando a população. E com a atual administração a situação não é diferente. O discurso oficial de Temer e de sua equipe é que a política econômica continua firme e forte, até porque a campanha do candidato governista vai repisar que esse é um legado da sua administração.

Na prática, porém, é preciso um esforço brutal para evitar que os sinais vitais do governo comecem a falhar. Seja porque o próprio Temer, em busca da reeleição, equilibra-se entre seus interesses políticos imediatos e sua agenda de austeridade, seja porque o Congresso não parece disposto a tocar em frente medidas que possam comprometer seu desempenho nas urnas. O resultado é que correm o risco de ficar pelo caminho compromissos assumidos ao longo do percurso.

A primeira prova de vida, sem sombra de dúvida, é a garantia de mão firme na gestão do setor público. É fato que os números do desempenho do setor neste começo de 2018 sugerem que a meta fixada para o encerramento do ano, um déficit primário de R\$ 159 bilhões, será cumprida até com uma certa folga. Segundo a mais recente avaliação oficial, o rombo deverá ficar em R\$ 157,4 bilhões.

Mesmo assim, frente ao risco de não concretização das receitas previstas para a desestatização da Eletrobrás e às despesas com a intervenção federal na segurança do Rio, o governo tratou de autorizar um bloqueio de gastos de R\$ 18,2 bilhões. Para a virada da década, porém, as expectativas só pioram. A projeção de superávit primário foi adiada mais uma vez, de 2021 para 2022, em razão do explosivo déficit da Previdência, que deve bater a marca dos R\$ 200 bilhões já no ano que vem.

A substituição de Henrique Meirelles por Eduardo Guardia, no comando da Fazenda, e a ida de Ana Paula Vescovi do Tesouro para a secretaria executiva do ministério foram vistas pelo mercado como sinal de que a equipe econômica vai atuar para defender as contas públicas de investidas eleitorais e eleitoreiras que

resultem em ampliação de gastos e, por tabela, compliquem ainda mais a vida do sucessor de Temer.

A grande dúvida, nesse caso, é se Guardia, tido como "o homem que sabe dizer não", conseguirá manter a mesma resistência dentro de um governo pressionado para dizer sim aos pedidos das suas bases – que tendem a ficar ainda mais ambiciosas, caso o auge da campanha eleitoral coincida com um aperto ainda maior do cerco da Lava Jato à turma de Temer.

Para comprovar que está funcionando, o governo Temer ainda terá de passar pelo teste da execução do programa de privatizações e concessões. Especialmente a privatização da Eletrobrás, que deve render cerca de R\$ 12,2 bilhões, essencial para fechar as contas do ano, mas mexe no vespeiro dos interesses do MDB, o partido do presidente, tradicionalmente acomodados no setor elétrico. Os lobbies contrários estão por aí, mais ativos do que nunca.

O leilão das distribuidoras foi adiado e o decreto para enquadrar a venda do controle da Eletrobrás no Programa Nacional da Desestatização não saiu na data anunciada – oficialmente para não "atropelar" o Congresso. Mas o governo insiste que o projeto vai em frente. Prova é que Guardia chamou para si a defesa da prioridade da privatização da Eletrobrás, o que ajuda a se contrapor à desconfiança despertada no mercado pelo alojamento de **Moreira Franco no ministério das Minas e Energia**.

Finalmente, Temer tenta emitir uma terceira mensagem para demonstrar que não está tomando "café frio" enquanto espera a troca de guarda. Trata-se da criação de uma agenda específica para esses três trimestres de final de governo. Temer promete "coisas novas, programas novos". E o novo ministro da Fazenda, inclusive para demonstrar que sua tarefa não se restringe a tomar conta do cofre, começa a falar em levar adiante os projetos de simplificação tributária, via mudanças do PIS/Cofins – aquela reforma que entra em pauta sempre que é preciso arranjar uma nova agenda.

A ver se haverá clima para essas novidades. Com tantos atropelos, talvez o melhor mesmo seja se concentrar em impedir que o que foi feito seja desfeito.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Igor Gadelha

Título: Temer e Maia discutem Eletrobrás e reoneração da folha

Os dois projetos enfrentam resistência de deputados que não querem votar matérias impopulares neste ano

O presidente Michel Temer se reuniu ontem com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para tratar de dois projetos: o que viabiliza a privatização da estatal Eletrobrás e o que reonera a folha de pagamento para alguns setores da economia. As propostas são tidas como prioritárias para o governo.

A reunião de ontem ocorreu no Palácio do Jaburu. Apesar de a pauta ser econômica, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, não participou do encontro de ontem. Os dois projetos tramitam na Câmara e enfrentam forte resistência não só de parlamentares da oposição como de deputados da própria base aliada, que se recusam a votar matérias impopulares em ano eleitoral.

Tido como prioridade número 1 pela equipe econômica, o projeto de privatização da Eletrobrás sequer foi aprovado na comissão especial da Câmara até agora, apesar de estar em análise há algum tempo. A ideia de Maia era votar a matéria no colegiado até o dia 15 de abril.

A avaliação do presidente da Câmara é de que ficou ainda mais difícil aprovar a proposta após a nomeação de **Moreira Franco como ministro de Minas e Energia**. Maia pediu que o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo) assuma as articulações em torno do projeto.

Articulação ruim.

“A base não consegue colocar quórum com a boa articulação que o ex-ministro Fernando (Filho) tem aqui na Câmara. Com o novo ministro, que tem articulação muito ruim aqui na Câmara, fiquei preocupado e pedi ao Marun que articulasse melhor isso”, disse Rodrigo Maia na última terça-feira. “Se já estava difícil, com um articulador pior, as chances de não avançar são muito grandes.

Como sou a favor do projeto, alertei à base e ao ministro”, acrescentou o presidente da Câmara, em entrevista ao Estadão/Broadcast, também na quarta-feira. O projeto da reoneração também é prioridade do governo Temer, segundo Marun.

Ele afirmou que o objetivo do governo é aprovar a matéria no Congresso Nacional em até 60 dias. O governo queria restringir o benefício a apenas três setores. O substitutivo relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) contempla 16 ou 17 setores diferentes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernando Nakagawa****Título: Odebrecht deve quase R\$ 1 bi no Peru**

Lista de credores da empreiteira no país vizinho vai de fabricantes de motores a buffet; empresa está com bens bloqueados pelo governo local

‘Chegamos a ter quase 300 caminhões trabalhando ao mesmo tempo. É uma pena o que aconteceu com eles e conosco’, lamenta Juan Alonso Checa enquanto abre um arquivo no computador. Ele vira a tela e a planilha mostra que a Odebrecht deve mais de 16 milhões de soles peruanos à sua empresa.

O drama da MIQ Logistics é compartilhado por mais 562 empresas que estão há mais de um ano sem receber da brasileira e, juntas, cobram dívida que já passa dos 900 milhões de soles ou quase R\$ 1 bilhão. Peça central do escândalo de corrupção que também levou um ex-presidente para a cadeia no Peru, a Odebrecht está com as contas bloqueadas e, enquanto colabora com o Ministério Público, se esforça para seguir a vida e tentar se reerguer.

O avanço da operação Lava Jato no Brasil revelou que o esquema de corrupção usado pelas grandes empreiteiras brasileiras foi replicado em vários países da América Latina. Como um fio de novelo puxado, a investigação mostrou que o modelo foi replicado da Argentina à Venezuela. No Peru, a Odebrecht reconheceu pagamento de US\$ 29 milhões em propina.

A notícia de que diversos governos receberam dinheiro ilegal da empreiteira deflagrou uma crise interna sem precedente que, para a Odebrecht, resultou no bloqueio de contas e ativos. Juan Alonso Checa, gerente geral da MIQ Logistics, lembra bem desse momento. “Era fevereiro de 2017 e, logo depois do congelamento das contas, paramos de receber.”

Os caminhões da empresa de Alonso Checa carregavam tubos para o maior projeto da empreiteira brasileira no Peru: o Gasoduto Sur. O ambicioso empreendimento de US\$ 7,3 bilhões prevê uma rede de gasodutos com 1.134 quilômetros de extensão para cruzar o país em um trajeto complexo que vai do litoral à floresta e chega a uma altitude perto de 5 mil metros.

As obras estão paradas e a MIQ Logistics vê a dívida crescer US\$ 150 mil por mês porque a conta da armazenagem dos tubos continua chegando. São justamente as empresas contratadas para o gasoduto que compõem a maioria da Associação de Fornecedores da Odebrecht. A entidade reúne 563 empresas que têm 922,8 milhões de soles peruanos a receber – cerca de R\$ 970 milhões –

sendo que quase 150 empresas não aguentaram e tiveram de fechar as portas nos últimos meses.

Cálculos não oficiais citam que, no efeito dominó do tsunami gerado pela brasileira, mais de 10 mil trabalhadores perderam o emprego. O grupo que sofreu calote é variado e vai de fabricantes de motores a empresas de segurança privada passando por companhias aéreas, escritórios de auditoria e fabricantes de caminhões. Alguns dos empresários da lista vão praticamente toda semana cobrar o dinheiro pessoalmente no escritório da Odebrecht, instalado em moderno edifício espelhado em uma das zonas comerciais mais caras de Lima.

Uma das menores dívidas da lista é da Niban Buffets. Eddy Huamani Mori é o dono e o sushiman da empresa que atende casamentos e eventos corporativos. “Fornecíamos refeições em almoços corporativos e coffee breaks. Todos os eventos eram bem bonitos, mas fiquei muito tempo sem receber.” Hoje, Mori comemora porque recebeu um inesperado pagamento há cerca de duas semanas. “Eles deviam pouco, eram algumas centenas de soles, mas finalmente pagaram.”

O sushiman foi beneficiado pelo esforço que a empreiteira tem feito para tentar reduzir a lista de devedores. Desde o congelamento das contas, a empresa ficou sem dinheiro e a venda de ativos precisa ser autorizada pelo governo, que não aprovou a venda de dois grandes projetos: uma hidrelétrica e um empreendimento de irrigação. Sem faturar, o braço de engenharia da Odebrecht conseguiu que o governo flexibilizasse parcialmente a regra e, agora, a venda de equipamentos de até US\$ 50 mil pode ser feita sem necessidade de aval.

Assim, computadores e equipamentos de escritório passaram a ser vendidos para retomar pagamentos aos fornecedores. As menores dívidas, como do buffet japonês, têm prioridade e cerca de 200 empresas já receberam algum valor. A Odebrecht Peru reconhece que deve cerca de US\$ 260 milhões aos fornecedores peruanos – cerca de R\$ 890 milhões. Em nota, a empresa diz que tem bens suficientes para quitar todas as dívidas no país, mas “está impedida de vender seus bens e, assim, poder cumprir com seus compromissos”.

“Os fornecedores têm claro que o problema está nas medidas extraordinárias adotadas pelo Estado. Quando o governo permitir o avanço da venda dos ativos, a empresa cumprirá os pagamentos”, diz a empresa em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Ribamar Oliveira e Fabio Graner | De Brasília****Título: País está preparado para turbulência, diz Guardia**

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, reconheceu, em entrevista ao **Valor**, que a situação envolvendo a ação militar na Síria feita por Estados Unidos, Reino Unido e França representa um risco para a economia brasileira. Mas ele salientou que o Brasil está em condições de enfrentar uma turbulência nos mercados decorrente de uma piora na incerteza internacional.

"Historicamente, na medida em que a percepção de risco aumenta, capitais se movem para comprar títulos públicos americanos e economias de países emergentes podem ser afetadas", explicou. "Mas o Brasil está preparado neste momento. A economia retomou o crescimento, a inflação está bem baixa e temos taxa de câmbio flexível. Importante também frisar que nosso elevado nível de reservas internacionais faz com que uma eventual saída de capital não cause nenhum tipo de problema de solvência em dólares", afirmou, destacando a boa saúde do setor bancário brasileiro, demonstrada na última recessão.

Na entrevista, Guardia destacou que o leilão do excedente de petróleo da área da cessão onerosa não será viável sem um entendimento prévio entre a União e a Petrobras em relação aos valores pagos pela empresa ao governo em 2010, quando ela recebeu o direito de explorar cinco bilhões de barris.

"A minha visão é mais pragmática, de business mesmo", disse, reforçando que esse assunto é uma de suas maiores prioridades, junto com a privatização da Eletrobrás. "Acho que não é viável, pois ninguém vai querer colocar dinheiro em um negócio desse, com conflito com a Petrobras", afirmou.

O ministro informou que uma decisão sobre a revisão da cessão onerosa sairá até o dia 17 de maio. Guardia não quis dizer se, na avaliação do governo, a Petrobras é credora na cessão onerosa e nem quanto é o valor em discussão. Ele explicou também que o atual governo não vai gastar o dinheiro que será arrecadado com o leilão do excedente da cessão onerosa. E comentou que é preciso cumprir o teto de gastos da União, fixado para este ano.

"Nós estamos dois a três bilhões abaixo do limite de despesa permitido", informou. "Então, não podemos gastar esse dinheiro [que será obtido no leilão]. Isso vai para o resultado primário, que ficará bem melhor neste ano", disse Guardia.

O ministro explicou que o dinheiro levantado com o leilão, que poderá ser muito significativo, ficará no caixa do Tesouro e poderá ser usado, no próximo ano, para ajudar o novo governo a cumprir a chamada "regra de ouro" das contas públicas, cujo déficit estimado para o ano que vem é de R\$ 254,3 bilhões. "O dinheiro do excedente da cessão onerosa é necessariamente para o próximo governo", disse.

Outro ponto ressaltado por ele é a tentativa de atacar o problema do ICMS. Guardia defendeu a padronização de alíquotas de alguns produtos entre os Estados, de obrigações acessórias e regras de crédito tributário. Ele não demonstrou otimismo sobre mexer também na alíquota interestadual do tributo.

"Nós vamos falar de alíquota interestadual? Vamos. Essa é a discussão difícil. Agora, vamos tentar botar regras de simplificação de obrigações acessórias, de tentar ter alguma uniformidade de alíquotas entre os diversos estados da federação", disse Guardia. "Eu quero propor. Se acharem que a discussão não tem espaço, tudo bem."

Guardia rejeitou a crítica de que o movimento poderia levar a mais uma centralização de poder, gerando perda para os governos estaduais. "Não é poder para a União. O que a gente está querendo dizer é o seguinte: faz a gestão do ICMS dentro de alguns outros limites. A gente não pode esquecer que tem o setor privado na outra ponta pagando esse imposto com custo absolutamente inaceitável", disse. "Tem que começar colocar o dedo na ferida."

No pacote tributário, Guardia também reforçou o interesse de encaminhar o projeto de lei que mudará a tributação do PIS/Cofins, em preparação no governo, permitirá que os setores de serviço que hoje estão no regime cumulativo do tributo, permaneçam nele. Mesmo assim, Guardia informou que a transformação do PIS/Cofins em um imposto sobre valor adicionado (IVA) atingirá a maior parte da economia do país. "Achamos que 85% da economia estará no novo sistema", afirmou. Os setores que pagam pelo regime não cumulativo terão, segundo Guardia, "uma brutal simplificação".

O ministro salientou que a mudança será neutra do ponto de vista da carga tributária, mas reconheceu que o impacto será diferenciado entre os setores. "Essa é a dificuldade da discussão", acrescentou, lembrando ainda que a mudança levará a um aumento da alíquota nominal. "Não dá para fazer mágica."

Guardia minimizou a queda recente nas projeções de mercado para o crescimento da economia brasileira. E reconheceu que é "óbvio" que o país precisa crescer mais do que está projetado por governo e mercado, mas

salientou que, para isso, é preciso fazer reformas. "Se a gente não avançar nas reformas, nem 2,8% vamos crescer. Nosso PIB potencial é 2,3%, 2,4%", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Independentes levam conselho da Vale a discutir remuneração

O conselho de administração da Vale abriu debate sobre um tema que se transformou em espécie de "tabu" no mundo corporativo brasileiro nos últimos anos: a divulgação detalhada da remuneração recebida por executivos e conselheiros em empresas de capital aberto. O tema foi levantado pelas duas conselheiras independentes - Isabella Saboya e Sandra Guerra - eleitas, em 2017, para o conselho de administração da mineradora.

A Vale faz parte de grupo de 32 empresas amparadas por liminar judicial concedida há anos ao Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (IBEF-RJ) e ainda vigente que permite às companhias não divulgar a remuneração detalhada dos executivos, conforme exigido pelos termos da instrução 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Vale, assim como outras empresas protegidas pela liminar, divulga somente a remuneração global, o que permite aos investidores calcular apenas o valor médio pago a cada executivo. Mas para especialistas em governança essa forma de divulgação não garante transparência. "As empresas que usam a liminar são as que pagam maior remuneração", disse Heloísa Bedicks, superintendente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A bandeira do IBGC é por uma maior transparência na divulgação dos dados.

No item 13.11 do anexo 24, a instrução 480/2009 da CVM determina que as empresas divulguem a remuneração anual individual mínima, média e máxima da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal. O IBEF-RJ se insurgiu contra a medida alegando que a exigência da CVM vai contra a privacidade e o sigilo de dados protegidos pela Constituição Federal, além de acarretar risco à segurança pessoal de seus associados, e obteve, em 2010, liminar para manter o segredo sobre os dados. A liminar foi ratificada pela 5ª Vara da Justiça Federal em 2013. Oito anos depois do início dessa batalha jurídica ainda há um recurso da CVM sobre o tema pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal (TRF-2), no Rio.

No caso da Vale, o debate sobre a "abertura" dos dados de remuneração dos executivos foi motivado pelas conselheiras independentes, tendo como pano de

fundo a migração da companhia, no fim do ano passado, para o Novo Mercado da B3, o nível mais elevado de governança da bolsa brasileira.

A B3 informou que empresas que migrarem para o Novo Mercado em 2018 terão que informar de "imediato" o valor da maior, da menor e o valor médio da remuneração anual, fixa e variável, do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal, conforme previsto no artigo 19 do regulamento do Novo Mercado. Essa obrigação não se aplica às companhias que já haviam ingressado no Novo Mercado na data da entrada em vigor deste regulamento, disse a B3. A Vale, porém, trabalha para se adequar. Houve decisão do conselho de fazer um grupo de estudo para discutir o tema.

Na sexta, a Vale realizou a sua Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2018, quando aprovou a remuneração global dos administradores e dos membros do conselho fiscal para este ano. A remuneração global, incluindo comitês de assessoramento, foi fixada em R\$ 184,5 milhões. Quase R\$ 69 milhões desse total refere-se ao pagamento de rescisões contratuais de diretores-executivos que deixaram a companhia nos dois últimos anos. Dos presentes na AGO, 64,07% votaram a favor e 35,93%, contra.

No manual para participar da AGO, ficou expresso o voto de Isabella e de Sandra sobre a questão. Embora o conselho tenha aprovado a remuneração global de 2018, as duas manifestaram seus votos. "Não há justificativa objetiva para que a companhia deixe de cumprir exigência regulatória contida no subitem 13.11 do anexo 24 da instrução CVM 480/09 decorridos oito anos de efetiva vigência da norma", escreveu Isabella em trecho de seu voto. Ela afirmou que as consultorias de voto possuem políticas claras no sentido de orientar voto contrário em assembleia que proponha remuneração da administração excluindo as informações do "subitem 13.11". A conselheira disse ainda que os avanços em governança corporativa coloca a Vale "mais em evidência" do que as demais companhias que fazem uso da decisão liminar do Ibef.

Isabella disse que a maioria das concorrentes da Vale fornece informações detalhadas e individuais sobre a remuneração da administração. "É recomendável que se avalie cuidadosamente as desvantagens competitivas que o uso da liminar implica quanto a concorrência pela captação de recursos globais."

Sandra foi na mesma linha. Disse que a ausência de transparência aumenta as incertezas e estas são "certamente" precificadas. Sandra disse que na África do Sul, país com problemas de segurança pública, assim como o Brasil, as empresas divulgam os dados de remuneração e nem por isso se tem notícia de casos de violência contra executivos por essa razão. Sandra defendeu a abertura dos dados: "O que não se pode é deixar que a companhia seja objeto de

interpretações equivocadas sobre a remuneração de seus administradores, expondo-a a risco de não aprovação de suas propostas de remuneração ou mesmo ameaçando suas perspectivas de criação de valor", escreveu no voto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Camila Maia | De São Paulo

Título: GE vence licitação da Petrobras, com contrato de R\$ 1 bi

Beneficiada pela nova onda de encomendas da Petrobras, a GE conquistou seu maior contrato de curto prazo na América Latina após longa concorrência no ano passado, de US\$ 300 milhões (equivalente a R\$ 1,028 bilhão). A unidade brasileira do conglomerado americano vai fornecer 41 turbinas a gás, três a vapor e treze geradores, além de serviços, para manutenção de onze termelétricas da estatal durante quatro anos.

O investimento dentro da GE no projeto foi grande. A companhia não informou valores, mas mobilizou até 300 profissionais para atender às especificidades colocadas pela petroleira no edital. Como cada térmica precisará de um tipo de componente e são várias fases de manutenção programada, a preparação foi intensa.

"O contrato possui enorme relevância global. O fato de estarmos falando do maior contrato na América Latina para este tipo de serviço em curto prazo coloca o negócio entre os maiores para o segmento", disse Daurio Speranzini, líder da GE na América Latina.

Marcio Delorenzo, diretor de vendas da GE Gás Services para a América Latina, disse que não se lembra de outro contrato dessa importância para a área em todo o mundo. Segundo ele, o tipo de projeto é característico das mudanças que o conglomerado está promovendo internamente, de sempre agregar a prestação de serviços no fornecimento. "É demonstração de um avanço na flexibilidade da GE de conseguir lidar com diferentes clientes", disse, em entrevista ao **Valor**. "Estamos enfrentando esses desafios em todas as geografias e nos adaptando às realidades distintas."

A GE ficou, na prática, responsável pelas paradas programadas das usinas da estatal. As onze unidades representam 80% do parque da empresa e geram 4,3 gigawatts (GW). A conquista também reforça a relação entre a fabricante de máquinas e equipamentos e a petrolífera, dado que grande parte do maquinário, que opera desde 2001, já é da GE.

Segundo Speranzini, a Petrobras é uma parceira de longa data da companhia em projetos estratégicos para as duas empresas. Questionado sobre a retomada dos investimentos pela petroleira, o executivo afirmou que, se um parceiro dessa magnitude começa a retomar seu ritmo normal de atividade, "os indícios são ótimos".

"Vamos trabalhar para fazer o melhor possível neste contrato, que supera R\$ 1 bilhão, para escrever os próximos capítulos desta grande parceria", disse Speranzini.

Em nota, o gerente geral de implantação de empreendimentos de energia na Petrobras, Alexandro Silva, confirmou os termos da negociação com a GE e destacou que o contrato vai permitir uma redução de custos para a estatal com a manutenção dos ativos.

Depois que o resultado da licitação saiu, em dezembro, o grupo começou a trabalhar para inspecionar as termelétricas e planejar a manutenção. Delorenzo disse que são necessários seis a nove meses de preparação para iniciar o processo de manutenção, que terá três fases, a depender do momento ou usina que estiver sendo cuidada.

As manutenções menores, de inspeção mais superficial, demoram de cinco a sete dias e muitas já foram realizadas desde janeiro, em cerca de oito unidades. Já as grandes paradas podem durar de 50 a 60 dias e servirão para desmontar maquinário, trocar peças e até equipamentos inteiros. Em julho esses processos de maior parte serão iniciados.

O fato de as termelétricas estarem nos planos de venda de ativos da Petrobras não muda os planos do contrato, disse Delorenzo. "Nas mãos de quem estiver, essas usinas vão precisar das manutenções e já estamos com esse contrato fechado" explicou. "Não vimos como risco esse processo de venda durante a licitação", completou.

O contrato com a Petrobras deixa a área de serviços de geração da GE confortável pelos próximos quatro anos, mas a companhia vê o segmento de óleo e gás distante de ter todo seu potencial na América Latina explorado. "O que estamos acompanhando são retomadas mais acentuadas no México e Argentina. Estes países já demonstram aquecimento maior e esperamos que os outros territórios da região acompanhem a tendência de crescimento, especialmente o Brasil" disse Speranzini.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Pacote para Barcarena

O governo do Pará apresentou um novo pacote emergencial, que engloba estudos, exames, avaliações e indicadores, para construção de um diagnóstico detalhado que servirá de base para a adoção de medidas de curto e médio prazo em Barcarena. O custo do pacote, segundo nota da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), deverá ser ressarcido pelo grupo norueguês Norsk Hydro. O município, de acordo com o Ministério Público e o Instituto Evandro Chagas (IEC), do Ministério da Saúde, foi atingido por descargas irregulares de efluentes da Hydro Alunorte, refinaria de alumina do grupo. A Norsk Hydro, porém, alega que uma auditoria ambiental mostrou que não houve vazamento os depósitos de bauxita da Alunorte.

Valor de Porto Primavera

Uma portaria interministerial definiu em R\$ 1,098 bilhão o valor a ser cobrado pela extensão da concessão da hidrelétrica de Porto Primavera, principal ativo da Cesp, no contexto da privatização da companhia. Segundo a portaria, a outorga, que corresponde a extensão da concessão por um período de 20 anos a partir de 2028, quando venceria a concessão atual, deverá ser paga em até 20 dias depois do certame. O montante vai se somar ao valor por ação cobrado pela Cesp no leilão de privatização. Se houver ágio, o mesmo percentual precisará ser aplicado sobre a outorga. O próximo passo é o governo de São Paulo divulgar o edital.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** André Ramalho | Do Rio**Título:** Ecometano começa a produzir biogás de aterro no Ceará

Especializada no tratamento do biogás produzido em aterros sanitários, a Ecometano inaugura hoje a sua segunda usina no país, em Fortaleza (CE). Fruto de investimentos de R\$ 100 milhões, em parceria com a Marquise Ambiental, que administra o aterro Oeste de Caucaia, a nova unidade é a primeira em larga escala da companhia, que traça planos para construir mais três projetos no país, inclusive no setor agropecuário.

Fundada em 2012, a Ecometano pertence ao MDCT, grupo brasileiro de participações e investimentos composto pelo FI-FGTS (47%) e por sócios privados (53%), dentre eles Demetrius Diuana, ex-gerente da Petrobras.

O modelo de negócios difere da maioria dos projetos de biogás do país: ao invés de usar o combustível para geração elétrica, a companhia purifica o biogás, que é então convertido em biometano - produto com as mesmas características físico-químicas do gás natural - e, em seguida, injeta o combustível nas redes das distribuidoras de gás canalizado.

A Ecometano é pioneira nesse tipo de negócio, tendo sido a primeira a atender às especificações de qualidade da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para o biometano. Desde 2014, a companhia opera o projeto Dois Arcos, em São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro, e fornece 10 mil metros cúbicos diários (m³ /dia) à rede da CEG Rio.

Diretor-executivo da empresa, Carlos de Mathias Martins, conta que a operação do projeto de Caucaia, que produzirá 80 mil m³ /dia numa primeira fase, marca o início de um novo ciclo para a empresa. Se nos dois primeiros desenvolvidos pela empresa os investimentos foram bancados em sua maior parte com recursos próprios, a meta agora é demonstrar aos bancos que produzir biometano é um negócio rentável e, assim, financiar seu plano de expansão com apenas 30% de capital próprio.

Os próximos seis meses serão voltados ao maior diálogo com os bancos para viabilizar financiamentos

"A história dos projetos de biogás no Brasil, para geração de energia, não era vista como um modelo de sucesso. Os bancos tinham preconceito e, por sermos pioneiros [no fornecimento de biogás para distribuidoras], tivemos dificuldades de financiamento. Mas agora estamos numa mudança de patamar. Temos a expectativa de que o lucro operacional da unidade do Ceará ajude a servir de garantias para financiamentos", explica.

Segundo Martins, os próximos seis meses serão voltados para a intensificação do diálogo com os bancos. Com a operação de Caucaia, a Ecometano espera gerar uma receita bruta de até R\$ 50 milhões por ano, ante os R\$ 8 milhões gerados com Dois Arcos.

Ele explica que a produção de biogás possui algumas peculiaridades operacionais que dificultam a viabilidade financeira de projetos termelétricos. O regime de chuvas, por exemplo, interfere na continuidade da produção, o que torna a flexibilidade operacional incompatível com os compromissos de despacho termelétrico.

A Ecometano tem planos de atingir, em até quatro anos, uma produção de 250 mil m³ /dia de biometano - volume equivalente a todo o consumo de gás natural do Rio Grande do Norte. O crescimento será sustentado pela expansão de Caucaia e por três projetos que a empresa tenta tirar do papel: um a partir da produção de biogás de aterro, um projeto ligado à produção de biogás de dejetos suínos e um terceiro a partir da vinhaça, subproduto da destilação da cana.

"Acreditávamos, no início, numa expansão mais acelerada dos investimentos em biogás no Brasil depois da regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos [em 2010], mas tivemos nesse caminho uma crise econômica forte. Nosso plano acabou sendo postergado, mas vejo um grande potencial no mercado brasileiro ainda. Espero mais concorrentes chegando", disse.

Na unidade de Caucaia, em Fortaleza, a Ecometano começará produzindo 80 mil m³ /dia de biometano, para fornecimento à Cerbras, fabricante de revestimentos cerâmicos. A expectativa, contudo, é ampliar a capacidade de produção para 150 mil m³ /dia. "Há uma série de clientes potenciais no porto de Pecém que consomem GLP, diesel e coque de petróleo e que podem consumir o biogás", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Oki Nagai | Nikkei, de Pequim

Título: Potências disputam supremacia no Ártico

As temperaturas estão aumentando no Ártico, tanto no sentido literal como no geopolítico.

Com o aquecimento global derretendo o gelo marinho no extremo norte do planeta, a região está se tornando uma área de desenvolvimento, com grandes potências, como Rússia e China, tentando controlar recursos e rotas de transporte. Isso cria também um foco de conflitos na área de segurança.

Em março, um grande navio carregando gás natural liquefeito (GNL) deixou a península de Yamal, na Rússia, que se projeta do noroeste da Sibéria e contém algumas das maiores reservas de gás do mundo. A embarcação estava transportando o primeiro carregamento de GNL para a Índia, através das águas do Ártico via o Estreito de Bering.

A Novatek, gigante russa do setor de energia, está produzindo GNL em Yamal. "O primeiro carregamento entregue ao crescente mercado indiano é um

importante passo de desenvolvimento", disse Lev Feodosyev, primeiro vice-presidente do conselho de administração da Novatek, sobre a carga.

A mudança climática tornou isso possível.

O gelo marinho do Ártico vem encolhendo de forma consistente por causa do aumento das temperaturas médias no planeta. A cobertura máxima de gelo atingiu o menor tamanho já registrado em 2017. Até 2030, o oceano Ártico poderá estar em grande parte livre do gelo no verão, segundo o Programa de Monitoramento e Avaliação do Ártico, um grupo que trabalha sob a organização intergovernamental Arctic Council.

A tendência está abrindo novas rotas de navegação antes consideradas impossíveis, com grandes implicações econômicas e geopolíticas. Os benefícios imediatos serão períodos de transporte mais curtos. Navegar de Yamal para o Leste da Ásia leva cerca de duas semanas, metade do tempo necessário pela rota que cruza o Canal de Suez e o Oceano Índico, segundo uma pesquisa feita por empresas de navegação.

Não bastasse isso, o Círculo Ártico é muito mais do que uma vastidão estéril: a região pode conter cerca de 30% das reservas de gás não descobertas do mundo, segundo uma estimativa da U.S. Geological Survey.

A Rússia não está perdendo tempo na implementação de sua estratégia de recursos no Ártico. Em dezembro, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, viajou para Yamal, que significa "fim do mundo" no idioma nativo. A temperatura se aproximava dos 30º C negativos e o céu ficava no limite da escuridão durante o dia, mas Putin pareceu estar animado em uma cerimônia de lançamento da produção de GNL.

"Uma vista fantástica", disse o presidente russo num aeroporto do vilarejo de Sabetta, no distrito autônomo de Yamalo-Nenets, onde está localizada a unidade de produção de GNL.

A Rússia está tendo uma certa ajuda em Yamal. A China está financiando parte do desenvolvimento do projeto de GNL. A China National Petroleum Corp (CNPC) tem uma participação de 20% no projeto, com 9,9% do dinheiro adicional vindo do Fundo da Rota da Seda, de Pequim.

O carvão responde por 60% do consumo de combustíveis da China, mas o país está buscando se converter para o gás natural para combater seu problema crônico de poluição do ar. Em breve, a China deverá superar o Japão como maior consumidor de GNL do mundo, o que explica porque está investindo em projetos de gás ao redor do mundo.

Para a Rússia, o projeto Yamal é apenas o começo. "A Rota do Mar do Norte será a chave para o desenvolvimento da região ártica russa e das regiões do Extremo Oriente e, até 2025, o tráfego na área vai aumentar dez vezes, para 80 milhões de toneladas", afirmou o presidente Putin sobre essa importante rota de transporte em seu discurso sobre o Estado da Nação, em 1º de março. "Nossa tarefa é transformá-la em uma artéria de passagem competitiva e verdadeiramente global."

Moscou também está lançando um segundo projeto de GNL em Yamal, chamado Arctic LNG 2, com a exploração de gás devendo começar em 2019. O governo russo pretende aumentar a produção anual total de GNL da região para 50 milhões de toneladas até 2030.

Em novembro, a Novatek e a CNPC firmaram um acordo de cooperação estratégica para o Arctic LNG 2. A Índia, que agora está importando GNL de Yamal, e a Arábia Saudita também surgem como potenciais parceiros.

A Rússia também está tentando trabalhar com um país que poderá ser prejudicado pela ascensão do transporte marítimo pelo Ártico: Cingapura.

Derretimento do gelo desencadeia corrida dos EUA, Rússia e China pelos recursos e rotas marítimas do Ártico

A cidade-Estado ergueu sua economia em torno do comércio marítimo e sentirá o impacto se um grande volume de tráfego for redirecionado. Mas a tecnologia de navegação e outras tecnologias do país do sudeste asiático interessam à Rússia, e poderá haver oportunidades de cooperação entre os dois países.

Vladimir Titov, primeiro vice-ministro de Relações Exteriores da Rússia, esteve reunido em 26 de março, em Moscou, com Sam Tan Chin Siong, ministro de Estado do Gabinete do primeiro-ministro de Cingapura, do Ministério da Força de Trabalho e do Ministério de Assuntos Externos. A cooperação no Ártico foi o principal tema da discussão.

Enquanto isso, outra potência do Ártico faz seu próprio esforço para solidificar sua posição. Em janeiro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou um plano de abertura de quase todos os territórios offshore americanos para a exploração de petróleo e gás, incluindo áreas anteriormente protegidas no Ártico. Trump rompeu claramente com a política de energia orientada para o meio ambiente de seu antecessor, Barack Obama, e passou a priorizar o desenvolvimento de recursos. Projetos de exploração de petróleo e gás no Alasca, voltado para o Ártico, devem começar em 2019.

"Queremos desenvolver o setor energético offshore de nossa nação", disse o secretário do Interior americano, Ryan Zinke, sobre a nova política, sinalizando o desejo do governo Trump de não ficar atrás da Rússia na região.

A onda de interesse internacional pelos recursos do Ártico vem despertando preocupações com a segurança. Mais uma vez, as duas superpotências militares encaram uma a outra através do oceano Ártico, e o surgimento da China como um terceiro grande agente só complica a situação.

Putin estabeleceu o comando estratégico da Frota do Norte da Marinha russa em Murmansk, cidade portuária do Ártico. "Não vamos ameaçar ninguém, mas, usando nossas vantagens, neste caso as de natureza territorial, vamos garantir a segurança da Rússia e seus cidadãos", disse Putin num documentário exibido pela TV estatal russa em março. "Quanto a isso, a região ártica é extremamente importante para a Rússia."

No fim de março, um avião antissubmarino russo voou para a América do Norte atravessando o Ártico, algo que não acontecia desde o fim da Guerra Fria. O voo criou tensões, porque os EUA e o Reino Unido conduziam explorações submarinas na ocasião. Especialistas tomaram isso como um alerta para Washington.

A China também colocou a região no noticiário. Em janeiro, o governo publicou um relatório oficial intitulado "A Política da China para o Ártico", que descreve o país como "quase um Estado ártico" e uma "parte interessada importante nos assuntos árticos". Na visão de Pequim, o que acontece na região tem um "impacto direto" sobre seus interesses.

"O uso das rotas marítimas e a exploração e desenvolvimento de recursos no Ártico poderá ter um impacto enorme sobre a estratégia de energia e o desenvolvimento econômico da China", afirma o documento.

A China tem capacidade militar para se impor. O governo chinês poderia, por exemplo, usar submarinos nucleares equipados com mísseis balísticos nas águas geladas da região.

No ano passado, o presidente da China, Xi Jinping, realizou uma série de encontros com líderes de países do norte - Rússia, Finlândia, Noruega e Dinamarca. Essas discussões foram claramente voltadas para reforçar a influência da China.

Ao anunciar a política para o Ártico, o vice-ministro das Relações Exteriores chinês, Kong Xuanyou, amenizou as preocupações com os objetivos de Pequim. "Algumas pessoas podem estar apreensivas com a nossa participação no desenvolvimento do Ártico, temendo que possamos ter outras intenções, que

possamos pilhar recursos ou danificar o meio ambiente", disse Kong. "Acredito que essas preocupações são absolutamente desnecessárias."

Países cautelosos com a expansão econômica e militar da China não confiam nessas promessas. "A China ainda não anunciou qual é o principal objetivo de seus investimentos no Ártico", afirmou Yusuke Honda, pesquisador da Sasakawa Peace Foundation. "A falta de informações torna os países vizinhos suscetíveis a dúvidas e temores."

Em março, o almirante Harry Harris, chefe do Comando do Pacífico dos Estados Unidos, alertou um senador sobre as ramificações da estratégia "Rota da Seda Polar" de Pequim, afirmando que a China "claramente vê o Ártico como um alvo". Apesar de não ter territórios perto do Ártico, disse Harris, a China "está partindo para a ação em vez de ficar falando".

O Ártico não tem um tratado equivalente ao da Antártida para garantir a exploração pacífica da região

Alguns países são tentados pelo dinheiro chinês, mas temem as implicações que esses recursos representam. Em março, um consórcio chinês estava entre os finalistas para a realização de um projeto de expansão de um aeroporto na Groenlândia - país autônomo que faz parte do reino da Dinamarca.

Isso não é nenhuma surpresa. Durante uma visita à China em 2017, o primeiro-ministro da Groenlândia, Kim Kielsen, se mostrou bastante otimista com a atração de investimentos chineses. "Nossa visita à China deveria ser vista no contexto da busca de recursos para esses investimentos futuros", afirmou Kielsen em um encontro com uma autoridade de alto escalão do Export-Import Bank of China.

Mas o governo da Dinamarca, que mantém relações próximas com os Estados Unidos, manifestou preocupação com a participação chinesa no projeto do aeroporto, turvando o cenário.

O Tratado Antártico, firmado em 1959, busca regular e garantir a exploração pacífica da região no Polo Sul, mas ainda não há um equivalente para o Ártico. O Arctic Council - um fórum de oito países que inclui Estados Unidos, Rússia e Dinamarca - está liderando a discussão. China, Japão e Coreia do Sul participam como "Estados observadores" desde 2013.

Há alguns sinais promissores. Em 2017, dez partes, incluindo Estados Unidos, Rússia, Japão e a União Europeia (UE), concordaram com a proibição da pesca comercial no oceano Ártico central por ao menos 16 anos.

O ex-presidente da Islândia Olafur Ragnar Grimsson, hoje presidente do Arctic Circle (uma versão setentrional do Fórum de Davos), disse em fevereiro que várias instalações militares no Ártico foram fechadas. Isso, sugeriu ele, deve preparar o caminho para uma maior cooperação internacional.

Mas persistem as preocupações de que potências rivais estejam navegando em rota de colisão no Ártico. Fazê-las participar de um jogo amigável, especialmente na questão da segurança, não será fácil. **(Colaborou Natsuki Kaneko - Tradução de Mario Zamarian)**

MME / ASCOM .